



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

INSTRUMENTO DE CIDADANIA

# DA SUA CONTA

Informativo mensal do Tribunal de Contas de Mato Grosso - Ano 2 - Edição 17

JULHO DE 2009

## ENTREVISTA

# Planejamento como requisito para uma gestão de qualidade



## ARTIGO

RECONHECIMENTO DE CASAS HOMOAFETIVOS COMO ENTIDADE FAMILIAR (Pág. 7)



MIRASSOL D'OESTE QUARTO EVENTO DO CONSCIÊNCIA CIDADÃ SERÁ NO DIA 19 DE AGOSTO (Pág.6)



1º SIPAT PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO É TEMA DE EVENTO NO TCE (Pág.8)



## FISCALIZAÇÃO

Presidente do TCU, ministro Ubiratan Aguiar, e presidente do TCE-MT, conselheiro Antonio Joaquim, reforçam parceria para Copa 2014. (Pág. 3)

Políticas públicas ancoradas em objetivos estratégicos. Metas com prazos certos para serem cumpridos. Essa é a única forma, segundo o corregedor-geral do Tribunal de Contas de Mato Grosso, conselheiro Valter Albano, de se alcançar resultados e realizar uma gestão com eficiência. Em entrevista ao **Jornal Da Sua Conta**, o conselheiro realça a importância do planejamento estratégico, citando como exemplo o do TCE-MT, elaborado em 2005 com metas anuais até 2011. Os resultados, segundo ele, podem ser considerados excelentes.

(Pág. 4 e 5)

## Aumento de casos de dengue provoca representação

O Tribunal de Contas de Mato Grosso designou dois técnicos para realizar auditoria na Secretaria de Estado de Saúde para analisar as ações de prevenção e combate à dengue. A medida foi tomada pelo conselheiro Valter Albano, relator das contas da Secretaria em 2009, após o recebimento de uma representação do Ministério Público de Contas sobre o grande número de casos de dengue registrados nos primeiros seis meses de 2009. O relatório deve ser entregue até o dia 30 de agosto.

(Pág.5)



## Iniciado julgamento das contas de gestão

Na sessão do dia 14 de julho, o TCE-MT deu início ao novo sistema de avaliação das contas do Poder Executivo Municipal – Contas de Governo e Contas de Gestão. O primeiro município a ter o balanço julgado foi Feliz Natal. (Pág.3)



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

INSTRUMENTO DE CIDADANIA

#### CORPO DELIBERATIVO

PRESIDENTE

Antonio Joaquim

VICE-PRESIDENTE

José Carlos Novelli

CORREGEDOR-GERAL

Valter Albano da Silva

OUIDOR-GERAL

Alencar Soares Filho

CONSELHEIROS

Humberto Bosaipo

Waldir Júlio Teis

Campos Neto

AUDITORES SUBSTITUTOS DE CONSELHEIROS

Luiz Henrique Lima

Isaias Lopes da Cunha

#### MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

PROCURADOR-GERAL DE CONTAS

Gustavo Coelho Deschamps

PROCURADOR-GERAL SUBSTITUTO

Alisson Carvalho de Alencar

PROCURADORES DE CONTAS

Getúlio Velasco Moreira Filho

William de Almeida Brito Júnior

#### SECRETÁRIO DE GESTÃO

Miguel Augusto de A. e Silva

#### EDIÇÃO

Assessoria Especial de Comunicação

COORDENAÇÃO: Américo Corrêa

GERÊNCIA DE JORNALISMO: Dora Lemes

EQUIPE: Alice Matos, Tabata Almeida e Franchesca Bogo

GERÊNCIA DE COM. INTERNA: Janayna Cajueiro

GERÊNCIA DE PUBLICIDADE: Rodrigo Canellas

EQUIPE: Doriane Miloch e Fabiane Mello

LOGÍSTICA: João Batista Rodrigues

FOTOGRAFIA: Marcos Bergamasco

(Agência Phocus)

PRODUÇÃO EDITORIAL

EDIÇÃO: Janayna Cajueiro

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA: Doriane Miloch

Tel.: (65) 3613-7561 / Fax: (65) 3613-7112

E-mail: imprensa@tce.mt.gov.br

Impressão: Gráfica Atalaia  
Tiragem: 3.000 exemplares

## PALAVRA DO PRESIDENTE

Esta edição do jornal Da Sua Conta traz uma entrevista com o conselheiro corregedor-geral do Tribunal de Contas de Mato Grosso Valter Albano, que é um grande conhecedor e defensor do planejamento estratégico como pré-requisito de uma gestão de qualidade.

Usando uma frase de Albano nesta entrevista, nenhuma organização pública, privada ou até familiar alcançará resultados efetivos sem planejamento. Essa realidade vem sendo vivenciada no Tribunal de Contas de Mato Grosso, que está submetido a um plano com metas a serem alcançadas desde 2005 até 2011.

A contribuição de Valter Albano, em suma, além de reportar o caminho que estamos trilhando, serve de contribuição e incentivo para os nossos jurisdicionados, colaboradores e todos os integrantes da rede de Tribunais de Contas que recebem este periódico. Nas próximas edições, sempre que possível, vamos trazer outras reportagens como esta, visando despertar a atenção para questões dessa magnitude.

O TCE-MT renovou termo de parceria com o Tribunal de Contas da União, principalmente para colaborar na fiscalização dos recursos públicos federais que

serão utilizados em obras decorrentes da escolha de Cuiabá como sub-sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014. A parceria amplia a nossa responsabilidade, porém permitirá demonstrar toda a capacitação e a vigilância dos nossos auditores. A expectativa é a de que Mato Grosso receba o aporte de R\$ 6 bilhões em investimentos públicos federais.

Também merece destaque nesta edição os debates já iniciados em Brasília sobre a criação do Conselho Nacional de Tribunais de Contas. Tive a honra de participar de uma das audiências públicas, onde novamente reforcei a defesa da criação desse que será o órgão corregedor do controle externo brasileiro.

O CNTC será de fundamental importância, pois a sua atuação permitirá separar “o joio do trigo”, ou seja, os eventuais desvios de conduta de conselheiros da imagem dos Tribunais de Contas. Sempre digo e reafirmo: os erros dos homens não devem ser confundidos nem podem prejudicar a reputação e a organização das instituições.

#### Conselheiro Antonio Joaquim

Presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso

## Antonio Joaquim preside debate no Rio de Janeiro

O presidente do TCE-MT, conselheiro Antonio Joaquim, presidiu o painel “O controle administrativo da qualidade dos serviços públicos” durante o “VI Fórum Brasileiro de Controle da Administração Pública e III Fórum Brasil –

Espanha de Direito Administrativo”. O evento foi realizado nos dias 2 e 3 de julho, na cidade do Rio de Janeiro. O conselheiro presidente foi convidado pela Editora Fórum, empresa do segmento editorial jurídico, organizadora do evento.

## Cerca de 61 mil recebem decisões via e-mail

Para efetivar a transparência das contas públicas e, com isso, incentivar o exercício do controle social, o TCE-MT envia semanalmente o resumo das decisões do Tribunal Pleno para 61 mil e-mails de cidadãos cadastrados

em sua rede institucional. Coordenado pela Secretaria Especial de Articulação, o Projeto Rede Cidadã existe desde 2006. Para se cadastrar, acesse o link “serviços/ rede cidadã” do site [www.tce.mt.gov.br](http://www.tce.mt.gov.br).

## TCE apura denúncia em fundos previdenciários

O Tribunal de Contas de Mato Grosso está realizando auditoria especial nas contas anuais do exercício de 2008 de fundos previdenciários municipais. A decisão foi tomada pe-

lo Tribunal Pleno durante sessão ordinária realizada no dia 7 de julho. A finalidade é apurar possíveis irregularidades envolvendo recursos previdenciários dos fundos que estariam sendo aplicados no mercado financeiro.

## Procuradores de Contas participam de fórum nacional

Entre os dias 24 e 26 de junho, os procuradores de Contas de Mato Grosso participaram do Fórum da Associação Nacional dos Ministérios Públicos de Contas, realizado em Manaus (AM). O encontro discutiu temas determinantes para a atividade desempenhada pelos Tribunais de Contas de todo o país. A Lei de Responsabilidade Fiscal e o alcance das penalidades previstas em lei também foram debatidos entre os participantes.

A equipe de procuradores do TCE-MT é liderada pelo procurador-geral de contas, Gustavo Deschamps



## CNTC irá separar “o joio do trigo”, diz Antonio Joaquim

“O Conselho Nacional dos Tribunais de Contas irá separar o joio do trigo”, disse o presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso, conselheiro Antonio Joaquim, durante a audiência pública realizada para debater a criação do CNTC, realizada na Câmara dos Deputados em Brasília, no dia 23 de junho. Segundo ele, a atuação do conselho permitirá separar eventuais desvios de conduta de membros dos TCs

da imagem das instituições de controle externo.

Entre as principais competências que serão atribuídas ao conselho será a de Corregedoria dos órgãos de controle externo. Antonio Joaquim também destacou a importância do tripé controle externo, controle interno e controle social, no qual os Tribunais devem atuar como instrumentos de cidadania.



O conselheiro presidente Antonio Joaquim, o deputado federal Mauro Benevides e o conselheiro presidente do TCE-TO, Severino José Costandrade de Aguiar

# Parceria com TCU vai reforçar fiscalização na Copa de 2014

Tendo como finalidade a troca de informações, experiências e capacitação técnica para melhorar a fiscalização de recursos federais e estaduais, o presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso, conselheiro Antônio Joaquim, e o presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Ubiratan Aguiar, assinaram termo de cooperação no dia 23 de junho, em Brasília. A parceria irá permitir que as instituições atuem na fiscalização da aplicação dos recursos públicos federais destinados para a realização das obras da Copa do Mundo de 2014, já que Cuiabá será uma das subdesdes da competição.

No dia 13 de julho, o conselheiro presidente se reuniu pela primeira vez com o secretário de Controle Externo do TCU em Mato Grosso, Carlos Augusto Ferraz, para a definição das estratégias de controle. “Isoladamente, a capacidade de fiscaliza-



O conselheiro presidente, Antonio Joaquim, assina termo de cooperação com presidente do TCU, ministro Ubiratan Aguiar

ção dos dois órgãos é limitada. Entretanto, quando as forças são somadas é possível realizar um controle mais abrangente e eficaz”, disse Carlos Ferraz.

Antonio Joaquim frisou a intenção do TCE-MT de trabalhar de forma preventiva. Segundo o conselheiro presidente, esta atuação irá evitar possíveis sus-

ensões de licitações e mesmo de obras em virtude de procedimentos irregulares que podem ser corrigidos com ação preventiva. A previsão é de que R\$ 6 bilhões sejam investidos em Mato Grosso na construção de um estádio de futebol, estradas, terminais de ônibus, centros de treinamentos, entre outros.

## Iniciado julgamento das contas de gestão

Na sessão do dia 14 de julho, o TCE-MT deu início ao novo sistema de avaliação das contas do Poder Executivo Municipal – “Contas de Governo e Contas de Gestão”. O primeiro município a ter o balanço do exercício de 2008 julgado foi Feliz Natal. Os processos foram relatados pelo conselheiro Valter Albano.

Os atos políticos, ou seja, as contas de governo do ex-prefeito de Feliz Natal, Manuel Messias Sales, receberam parecer favorável do TCE. Foram analisadas as peças de planejamento, a execução orçamentária, os percentuais

de aplicação em Saúde e Educação exigidos pela Constituição.

As contas de gestão de 2008 da Prefeitura também foram julgadas regulares. Entretanto, devido à concessão irregular de adiantamentos e diárias a servidores, o TCE determinou a devolução de R\$ 335,00 aos cofres da Prefeitura de Feliz Natal.

Confira a definição completa de “contas anuais de governo” e “contas anuais de gestão”, e de diversos outros termos utilizados pela equipe técnica do TCE no “Glossário do Cidadão” do site [www.tce.mt.gov.br](http://www.tce.mt.gov.br).

## Site do TCE disponibiliza Glossário do Cidadão

O Tribunal de Contas disponibilizou recentemente no site da instituição – [www.tce.mt.gov.br](http://www.tce.mt.gov.br) – o Glossário do Cidadão. Um link com explicações de 64 termos utilizados pelos conselheiros e equipe técnica do TCE no exercício do controle externo. A finalidade é levar informação às pessoas que não possuem conhecimento técnico, aproximando o cidadão dos entendimentos, processos e decisões do órgão.



# Planejamento como requisito

Políticas públicas ancoradas em objetivos estratégicos. Metas com prazos certos para serem cumpridos a risca. Essa é a única forma, segundo o corregedor-geral do Tribunal de Contas de Mato Grosso, conselheiro Valter Albano, de se alcançar resultados e realizar uma gestão com eficiência. O sucesso, claro, depende de vários fatores: da visão estratégica do líder para perceber as reais necessidades da população, de organização na escolha de prioridades e, principalmente, do comprometimento de todos da organização. Em entrevista ao **Jornal Da Sua Conta**, o conselheiro realça a importância do planejamento estratégico, citando como exemplo o do TCE-MT, elaborado em 2005 com metas anuais até 2011. Os resultados, segundo ele, podem ser considerados excelentes.

**O professor Vicente Falconi Campos afirma que “o bom senso não é suficiente para garantir uma administração eficiente”. Além do bom senso, o que é preciso para se administrar com eficiência?** Eu tenho a convicção de que qualquer organização, seja ela pública ou privada, e até a organização familiar, só pode ter sucesso e alcançar resultados efetivos se planejar esses resultados. E planejar resultados significa estabelecer objetivos estratégicos claros, de longo prazo. Para a confecção desses objetivos, é preciso estabelecer as estratégias, ações e metas a serem atingidas. Quando a organização faz esse planejamento na amplitude a que estou me referindo, ela alcança os seus objetivos com rapidez. Se é uma organização pública, o reconhecimento pela sociedade quanto a importância daquela organização; se é uma empresa privada, ela ganha destaque no mercado e cresce cada vez mais. Planejamento, para mim, é o pré-requisito de uma gestão de qualidade.

**O senhor costuma dizer que é preciso ter clareza das atividades típicas do poder público.** O administrador de um ente federado – como é o caso de um Município – quando provocado pela sociedade ou pela ausência de conceito claro do papel da administração pública, tende a pensar que o poder público pode realizar tudo. E caindo nessa armadilha ele se perde, porque os recursos são sempre limitados. O entendimento que adquiri, seja estudando o assunto seja pelo ensinamento da vida prática, é que se cada organização cumprir o seu papel o conjunto das organizações terminam por cumprir todos os papéis esperados. Então, o administrador público precisa ter clareza sobre o que é atividade típica do Estado porque ele tem a obrigação de realizá-las e realizá-las bem. Se depois de fazê-lo ele entender que pode inclusive entrar em uma outra atividade que não é típica, em cooperação com a sociedade ou como forma de induzir a sociedade a realizar, tudo bem e tanto melhor! O que não pode é a confusão, que via de regra os administradores fazem, de esquecer o seu papel principal e se concentrar no secundário. Pois ninguém vai substituir aquela organização no papel principal e, no secundário, pode substituir. E se isso ocorre, o efeito contrário também ocorre, que é o do não alcance do resultado esperado.

**E qual é o próximo passo?** O administrador deve destinar um tempo inicial da sua gestão para diagnosticar a realidade, ou seja, responder o que é que está bem feito e que eu devo manter num

bom nível de qualidade; o que é que está sendo realizado e que precisar ter alterações e o que é que não está sendo feito e que deve ser feito por conta daquela realidade encontrada. E, ainda, o que é que está sendo feito e não deve ser feito, por que não é papel daquela instituição pública. Então, feito esse diagnóstico e respondidas essas quatro perguntas, aí se elabora o planejamento estratégico para promover a transformação.

**Na definição de prioridades, como ficam as reais necessidades da população?** Ouvir a população é um ato democrático. Eu diria que é

até uma atitude de sabedoria de perceber o sentimento que ela tem sobre as coisas, sobre a atuação do setor público e sobre as suas necessidades. Agora o administrador que pretende uma gestão de qualidade, precisa compatibilizar o posicionamento da sociedade com a visão estratégica que o líder precisa ter. Às vezes a sociedade, principalmente

numa situação de muita carência, tende a se manifestar sobre aquilo que diz respeito mais diretamente ao curtíssimo prazo de suas necessidades pessoais. O administrador precisa entender que uma realidade de muita carência só é transformada com o desenvolvimento de projetos de longo prazo, estruturantes e capazes de transformar aquela situação. Assim, o cidadão será elevado de uma situação de extrema carência para uma situação de empregabilidade, de mais conhecimento e até de competitividade do mercado. Essa visão transformadora,

eu entendo, é típica do administrador consciente, responsável e não populista.

**Se não é possível fazer tudo em um período de gestão, o que deve necessariamente ser feito?** O bom planejamento define primeiro o que deve ser feito e, segundo, o que é prioridade. Com isso, o líder reúne condições para dizer tanto a uma pessoa em particular quanto a um grupo, “não, isso não será feito”. Mas não será feito por quê? Porque existem outras prioridades que atendem melhor aos interesses do desenvolvimento econômico e das pessoas. Ou seja, são projetos de interesse coletivo e que tem uma capacidade de atender, de modo preponderante, aos interesses sociais ao invés daqueles que são objeto de demanda da pessoa ou de um grupo. A liderança que não tem compreensão do seu papel, que não tem um planejamento estratégico claro, tende a ser induzido a pensar que o interesse de um grupo é um interesse social, quando não é.

**Cite exemplos de erros comumente cometidos pelos gestores nesse sentido.** Um erro mais comum é tentar atender ao cidadão como se concedesse uma esmola ao invés de desenvolver um projeto capaz de fazer com que ele transforme a situação em que está. Em outras palavras, uma política social chamada de compensatória, que pega o produto e entrega ao cidadão, quando deveria promover sua capacitação e o seu ingresso no setor produtivo. Esse é o erro mais comum: atender diretamente a pessoa com recurso público e não levá-la a sair da situação de dependência absoluta da política pública e tornar-se um agente produtivo, um agente de desenvolvimento com o seu próprio trabalho.

**“Tenho a convicção de que qualquer organização, pública ou privada, e até mesmo familiar, só pode ter sucesso e ter resultados efetivos se planejar**



**“A LRF é o grande instrumento do campo do gerenciamento público. Estabelece regras, estimula e limita”**

**CONSELHEIRO VALTER ALBANO**  
Corregedor-Geral

# para uma gestão de qualidade



...a sociedade brasileira ganhou no estabelecimento de diretrizes, regras, quantitativos para a gestão e é pedagógica.

RINALDO ALBANO DA SILVA  
Auditor Geral do TCE-MT

**O senhor concorda que o planejamento ainda é subutilizado pelo setor público e que a grande alavanca para a sua difusão é a Lei de Responsabilidade Fiscal?** Concordo plenamente. De fato o planejamento é pouco utilizado. Agora, hoje, há uma consciência bem mais acentuada da necessidade de se fazer a gestão de uma forma mais científica e não aquela espontaneísta, que teve vigência até a edição dessa lei. A LRF é o grande instrumento que a sociedade brasileira ganhou no campo do gerenciamento público. Porque além de estabelecer diretrizes, regras e quantitativos estimuladores e limitadores para a gestão, ela é pedagógica, ensina a fazer. E existindo uma organização de controle atenta para orientar e cobrar o gestor público, aí a utilização dos instrumentos disponibilizados pela LRF – ousou afirmar – faz com que a gestão tenha tudo para ter sucesso e caminhar dentro da regularidade. Ter sucesso é ter resultados.

**Qual a importância da LDO, LOA e PPA para a elaboração de um planejamento eficiente?** Esses são instrumentos consolidados na Constituição da República em 1988, já então com quase 21 anos de idade. Se essas previsões constitucionais tivessem sido melhor utilizadas e disseminadas adequadamente, nós já estaríamos numa situação muito mais vantajosa hoje. Porque fazer uma previsão hoje do que será realizado nos próximos quatro anos, é um privilégio para a sociedade. A Lei de Diretrizes Orçamentárias vem para realçar o que é fundamental e dizer, no sentido contrário, o que não é fundamental. E não sendo não pode constar na Lei Orçamentária Anual, que é um instrumento mais antigo e que, no Brasil, foi mais consolidada a partir da Lei 4.320, de 1964.

**E como elaborar um PPA sem experiência?** Existe uma vantagem. Uma autoridade política é eleita quando está sendo executado o terceiro ano de um PPA de quatro anos. Quando o gestor toma posse, começa a executar, no seu primeiro ano de gestão, o quarto ano do PPA em vigência. Isso dá a ele tempo para discutir com a sua equipe gestora e com as consultorias necessárias a revisão do PPA para mais quatro anos. Então ele não só pode fazer o necessário ponto de inflexão na sua gestão, utilizando aí um princípio matemático, como pode sinalizar para o futuro as mudanças que ele politicamente entende e que celebrou com a sociedade no momento eleitoral. Eu digo que a escolha da equipe gestora pode levar em conta os aspectos político-partidários do momento eleitoral. Isso é democrático. Mas deve levar em conta um pré-requisito fundamental que é o da técnica. Não é possível admitir a escolha de um gestor tão somente pelo critério político. Assim como também não pode ser feita a escolha somente pelo critério técnico. Então se nós temos na sociedade uma pessoa, ou um conjunto de pessoas, com um bom embasamento técnico reconhecido e essa pessoa tem a dimensão política do papel do poder público, então nos já encontramos a pessoa certa. É aquela que conhece o seu negócio e que tem a dimensão política bem estabelecida para conduzir a atividade pública.

**O senhor costuma dizer inclusive que é um erro preencher o PPA e vê-lo**

**como uma obrigação chata, só pra cumprir por tabela.** E isso ocorre por falta dessa dimensão política e técnica. A técnica não dispensa a política. E a política não pode, absolutamente, dispensar a técnica. Então esses instrumentos – o PPA, a LDO, a LOA e o planejamento estratégico, que instrumentaliza tudo isso – não podem ser feitos para cumprir tabela, como um instrumento burocrático. Se for para fazer assim é melhor até não fazer. Eles devem ser feitos de uma forma bastante científica. Para delinear, absolutamente, como será a gestão ao longo daquele período em que está sendo estudado e com o mínimo necessário de

**O líder precisa ser empreendedor, ter clareza da sua função e um bom planejamento [...] se cada organização cumprir o seu papel o conjunto cumprirá todos os papéis esperados.**

modificações. Como, aliás, tem ocorrido com o Plano Estratégico do TCE-MT, que independente dos gestores o planejamento é o mesmo, ele é ajustado minimamente ao longo do processo histórico. A autoridade maior de uma organização moderna é o seu planejamento. O gestor vem para operar o planejamento.

**O TCE-MT elaborou seu Plano Estratégico em 2005, com metas a serem alcançadas até o ano de 2011. Os resultados obtidos até agora são satisfatórios?** A minha avaliação nesse sentido é extremamente positiva. O TCE, por seus gestores, tem sido extremamente disciplinado na implantação do planejamento estratégico em toda a sua dimensão e vem obtendo resultados, na minha avaliação, extraordinários. Todos aqueles projetos e metas estabelecidas são gerenciadas e avaliadas sistematicamente com os devidos ajustes necessários e cumprindo, no prazo, a sua

realização. E existem grandes destaques. Talvez o maior seja o fato do TCE de Mato Grosso ter um Sistema de Gerenciamento de Prazos para todos os seus produtos. Isso é um diferencial extraordinário do ponto de vista da expectativa da sociedade, que quer ver as coisas serem realizadas de uma forma célere.

**Há mais alguma condição essencial para que o planejamento dê certo?**

Só pode dar certo o sistema de gestão por metas se houver o envolvimento efetivo de todos que pertencem a organização, do líder maior a aquele servidor ou colaborador. Se todos tiverem clareza dos rumos, das estratégias, dos objetivos e das metas da organização, para que todos caminhem sempre no mesmo sentido. Como se fosse um time de futebol, que tem 11 jogadores e um objetivo, que é fazer gol. No caso do TCE, o técnico é o presidente, no caso da prefeitura é o prefeito, no caso do Estado é o governador e, no país, o presidente da República. Se liderado o planejamento em toda a sua extensão e todos estiverem envolvidos, então o resultado é certo, é um resultado bom. Mais do que elaborar as peças e os instrumentos é necessário o envolvimento por meio de um processo educativo de todos os que pertencem à organização.

**O que falta ser alcançado pelo TCE?**

**Qual é o próximo desafio?** O desafio? Qualidade técnica da auditoria e do julgamento. É claro que nós ainda temos muito a caminhar em relação a qualidade do nosso produto. Tanto a qualidade do serviço de auditoria, quanto a qualidade do julgamento. Ambos precisam ser melhor elaborados tecnicamente, e, no caso do julgamento, com o máximo de coerência e de justiça.

# Próximo Consciência Cidadã será em Mirassol D'Oeste



Secretária Especial de Articulação, Cassyra L. Vuolo, durante palestra em Lucas do Rio Verde

Após mobilizar 1.350 pessoas nos municípios de Alta Floresta, Diamantino e Lucas do Rio Verde, o Programa Consciência Cidadã do Tribunal de Contas de Mato Grosso se prepara para realizar seu quarto evento no dia 19 de agosto, em Mirassol D'Oeste. O objetivo do programa é promover debates para aproximar o TCE da

sociedade mato-grossense, consolidando uma parceria na fiscalização dos recursos públicos.

A função do órgão de controle externo, seu funcionamento e como a população pode ter acesso às informações do julgamento das contas municipais e do Estado pelo site [www.tce.mt.gov.br](http://www.tce.mt.gov.br) são alguns dos assun-

tos a serem abordados nas palestras. Ainda neste ano, outros três eventos estão programados: no município de Rondonópolis (30/09), Várzea Grande (04/11) e Cuiabá (25/11).

O Programa Consciência Cidadã é executado e organizado pela Secretaria Especial de Articulação Institucional do TCE-MT.

## Aumento dos casos de dengue provoca auditoria especial

O Tribunal de Contas de Mato Grosso designou dois técnicos para realizar auditoria especial na Secretaria de Estado de Saúde para analisar as ações de prevenção e combate à dengue. A medida foi determinada pelo conselheiro Valter Albano, relator das contas da Secretaria em 2009, após o recebimento de uma representação do Ministério Público de Contas sobre o grande número de casos de dengue registrados nos primeiros seis meses de 2009. O relatório deve ser entregue até o dia 30 de agosto.

Dados oficiais divulgados pelo próprio governo apontam

que entre 1º de janeiro e 17 de junho foram notificados 27,1 mil casos de dengue clássica em todo o Estado, que ocasionaram em 34 mortes. Em comparação com o mesmo período do ano passado, houve um aumento de 169,4% dos casos.

Valter Albano também determinou o encaminhamento de cópias da representação para aos conselheiros Humberto Bosaipo e Waldir Teis, relatores das contas de 2009 de Cuiabá e Várzea Grande, respectivamente. Caso as auditorias comprovem a má aplicação dos recursos públicos, os gestores devem ser responsabilizados.



A medida foi apresentada em plenário no dia 23 de junho



Durante visita ao TCE, os estudantes e acadêmicos conhecem as dependências do órgão

## Projetos de incentivo ao controle social alcançaram 3,2 mil pessoas

Ao todo, 3.219 jovens e adultos mato-grossenses já participaram do Projeto TCEstudantil e das audiências públicas do Tribunal de Contas de Mato Grosso este ano. Seja recepcionando os estudantes e acadêmicos em visita ou promovendo palestras nas escolas e bairros da capital e interior do Estado, os eventos buscam estimular a consciência e formação da população quanto à importância do exercício da cidadania e do controle social.

Apenas neste primeiro semestre, o Projeto TCEstudantil recepcionou 10 escolas estaduais e

oito universidades, atingindo, respectivamente, 537 alunos do Ensino Médio e 441 acadêmicos em visitas ao TCE. Ao visitar escolas e universidades, o órgão também ministrou palestras para outros 1.752 jovens.

“Ainda foram realizadas duas audiências públicas nesses seis primeiros meses do ano. Voltados à sociedade civil organizada de Cuiabá, esses eventos contaram com a participação de 489 pessoas”, informou a Secretária Especial de Articulação Institucional do TCE-MT, Cassyra L. Vuolo, unidade responsável pelos projetos.

## Escola Superior de Contas capacita 3 mil servidores e jurisdicionados

Em cumprimento as metas do Plano Estratégico 2009, a Escola Superior de Contas contou com 3.010 participações de gestores municipais e estaduais e de servidores do TCE-MT nas 32 capacitações que realizou no primeiro semestre deste ano.

Exatos 2.068 gestores participaram de 14 eventos do Tribunal de Contas, sendo que cinco deles foram direcionados aos parceiros do órgão e os nove restantes aos prefeitos, vereadores, secretários e responsáveis pela contabilidade das contas públicas dos municípios de Cuiabá, Diamantino, Sinop, Alta Floresta,

Água Boa, Lucas do Rio Verde e São Félix do Araguaia.

Dentre os cursos voltados aos servidores, 16 atenderam a equipe técnica do órgão e dois à meta de fortalecer a capacitação gerencial e comportamental dos colaboradores. Ao todo foram registradas 942 participações. “A nossa meta é alcançar o índice de 6% do total de horas trabalhadas em horas/aula. Até o dia 30 de junho, realizamos 1,42%. No segundo semestre, vamos intensificar o número de capacitações ao público interno”, informou Marina Bressane Spinelli, da Escola Superior de Contas.

## Ouvidoria registra 495 atendimentos

A Ouvidoria-Geral do TCE de Mato Grosso já realizou 495 atendimentos de 1º de janeiro a 30 de junho deste ano. Classificados como comunicação de irregularidade, 425 registros podem ser caracterizados ou não como denúncia após apreciação do Tribunal Pleno.

A maioria trata da ilegalidade em licitações (97), possíveis danos ao erário (77), contratação irregular de pessoal (50) e nepotismo (35). Vinte oito dos demais atendimentos foram classificados como dúvidas, 14 críticas e sugestões, 13 solicitações e dois elogios.

## Dobra o número de registros no GEO OBRAS

O Sistema GEO OBRAS – TCE/MT dobrou o número de registros nos últimos seis meses. Até dezembro de 2008, já haviam sido cadastradas 869 obras e serviços de engenharia no valor de R\$ 349.011.884,39 milhões. No dia 1º de julho deste ano, o sistema já totaliza 2.050 registros, que representam investimentos na ordem

de R\$ 752.704.801,52 milhões. Através do GEO OBRAS, o Tribunal de Contas fiscaliza obras e serviços de engenharia em todo o Estado por meio de imagens via satélite. Uma Resolução Normativa do órgão estabelece a obrigatoriedade dos gestores cadastrarem todas as obras realizadas durante a sua gestão.

### ARTIGO

# Casais homoafetivos como entidade familiar

**Os pilares da família moderna têm como fundamento as relações de solidariedade e afeto, que vão além da função de reprodução, sustento e educação dos filhos por esta gerados**



5º, *caput*) e “homens e mulheres são iguais em direito e obrigações” (art. 5º, I) e consagram dentre os objetivos do Estado “construir uma sociedade livre, justa e solidária” (art. 3º, I) e “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º, III).

Hodiernamente, os pilares da família moderna têm como fundamento as relações de solidariedade e afeto, que vão além

da função de reprodução, sustento e educação dos filhos por esta gerados.

Com fundamentos similares, o Pró-Reitor de Administração da Universidade Federal de São Paulo, Sr. Sergio Antonio Draibe, através da Portaria n.º 879, de 19 de março de 2004, concedeu pensão por morte para o companheiro de um ex-servidor.

No âmbito dos Tribunais de Contas do país, registramos o posicionamento favorável do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Os conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará decidiram no final de 2007 conceder pensão por morte para companheiro de servidor municipal que mantinha uma união estável homossexual.

No dia 12 de junho de 2008, o Tribunal de Contas do Paraná em resposta a uma consulta aprovada por unanimidade pelo Plenário, aquiesceu que a Prefeitura de Maringá deveria pagar pensão ao companheiro de um servidor homossexual falecido, desde que ficasse comprovada a existência de vida em comum e dependência econômica.

Dessarte, não poderia a Constituição da República, pautada nos princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana, da solidariedade, da não-discriminação e da igualdade, deixar de proteger os agrupamentos familiares não mencionados explicitamente pela Carta Magna, o que, por si só, já seria uma discriminação.

**GETÚLIO VELASCO M. FILHO**  
Procurador de Contas do Ministério Público de Contas do TCE de Mato Grosso

# Tribunal realiza primeira Semana de Prevenção de Acidentes de Trabalho

**No primeiro dia da Sipat, os servidores serão convidados a simular uma retirada de emergência em caso de incêndio no prédio do órgão sob a orientação do Corpo de Bombeiros**

A Comissão de Segurança, Saúde e Meio Ambiente no Trabalho do TCE de Mato Grosso irá realizar, dos dias 27 a 30 de julho, a 1ª Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Sipat). A programação inclui treinamento de incêndio, teste de espirometria e orientações sobre como se prevenir de diversas doenças.

No primeiro dia da Sipat, os servidores serão convidados a simular uma retirada de emergência em caso de incêndio no prédio do órgão sob a orientação do Corpo de Bombeiros. Dados sobre acidentes no local de trabalho, fitoterapia e medicamentos homeopáticos serão apresentados no dia 28 e 29. No último dia do evento, está programado um dia especial sobre prevenção de acidentes no trânsito com a participação do Detran-MT.

Os servidores poderão aferir sua pressão arterial e capacidade pulmonar (espirometria) durante todos os dias da programação da 1ª Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho. Também serão distribuídos panfletos orientativos sobre violência contra a mulher, doenças osteomusculares e sexualmente transmissíveis.



A comissão vem trabalhando no sentido de promover a prevenção no ambiente de trabalho

**2ª Caminhada do Tribunal**

**Qualidade de vida se conquista**

A busca pelo bem-estar de seus servidores é um dos objetivos do Tribunal de Contas.  
Viva bem, viva com saúde!

**Dia: 25/07 (sábado)**  
**Horário: 7h**  
**no Parque Mãe Bonifácia**

Faça sua inscrição de 15/06 a 15/07  
Informações: 3613-7662/7610

de bem com a vida

Tribunal de Contas  
Mato Grosso  
INSTRUMENTO DE CIDADANIA



## EM TEMPO

### CAMPANHA DIVULGA FORMAS DE ADOÇÃO

Com a finalidade de divulgar as atividades e projetos da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA), o Tribunal de Contas promoveu a Campanha “Adotar é tudo de bom” no dia 18 de junho. Servidores e visitantes foram orientados sobre a Lei da Adoção e como ser voluntário em projetos de apoio aos órfãos.

### “UMA PROPOSTA DE VIDA”

#### É TEMA DE PALESTRA

Com o tema “Uma proposta de Vida”, o Centro de Valorização da Vida (C.V.V.) ministrou palestra aos servidores do TCE-MT no dia 25 de junho. Uma entidade sem fins lucrativos, o Centro seleciona e capacita voluntários que trabalham pela prevenção de suicídios.

### PROCON-MT ORIENTA

#### MAIS DE 300 SERVIDORES

Mais de 300 servidores do TCE de Mato Grosso foram orientados quanto aos direitos dos consumidores pelos técnicos, conciliadores e fiscais do Procon Estadual durante o “Dia do Consumidor”, evento realizado no dia 30 de junho. Centenas de Códigos de Defesa do Consumidor (CDC), panfletos orientativos, gibis e atividades lúdico-educativas também foram distribuídos.

### SERVIDORES DOAM SANGUE

#### EM CAMPANHA

A 2ª Campanha de Doação de Sangue do TCE de Mato Grosso, realizada no dia 2 de julho, contou com a participação de 32 servidores, sendo que 12 estavam aptos para a doação. Como cada bolsa de sangue atende, em média, as necessidades de três a quatro pessoas, as doações poderão beneficiar até 48 pessoas.